



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

À Assessoria Jurídica com posterior remessa a Presidência

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

RAZÕES: INABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, COM ADEQUAÇÕES E MODERNIZAÇÕES, QUANDO NECESSÁRIO, NAS UNIDADES DE ENSINO E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS SOB RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC / SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI, DIVIDA EM 4 LOTES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III) E PROPOSTA DETALHE (ANEXO I).

PROCESSO: SEI-260005/000037/2021

RECORRENTE(S): ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA** é regular por atender o requisito do art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/1993, bem como tempestivo com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública 002/2021.

DA LEGITIMIDADE

Em que pese não haver nos autos do recurso interposto pela empresa **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA** procuração, bem como não haver documentação da empresa e dos sócios, esclareço que foi realizada diligência ao processo **SEI-260005/000037/2021** – Concorrência Pública nº 002/2021, para averiguação das rubricas e assinatura e, após o termino da análise, nos parece que a peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa.

Para que não haja prejuízo à análise da argumentação recursal infra, considera-se de bom senso a superação da possível ilegalidade por falta de comprovação da identificação do recorrente por meio da diligência realizada.

DAS CONTRARRAZÕES

Esclareço que foram protocoladas contrarrazões pelas licitantes **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, através dos indexadores 18774507, 18774065 e 18774063 respectivamente.

Outrossim, considerando que as peças defensórias foram protocolizadas até 15/06/2021, estão tempestivas, com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública nº 002/2021.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela recorrente **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**, em face da Decisão desta comissão resultante do julgamento dos documentos de habilitação apresentados, cuja mesma foi comunicada na sessão do dia 28/05/2021.

Alega a recorrente, em suma, que a documentação apresentada, em especial o comprovante de inscrição Estadual atende as exigências constantes do edital.

Por fim, requer o provimento do presente recurso para que a Comissão reveja o ato administrativo impugnado, considerando a recorrente habilitada.

DA ANÁLISE DO RECURSO

PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL OU MUNICIPAL

Merecem prosperar os argumentos da recorrente.

A empresa foi inabilitada no certame, por apresentar comprovante de inscrição e situação cadastral Estadual sem autenticação, e não ter apresentado prova de inscrição municipal, tendo, tal fato, sido considerado como desatendimento ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do edital, que assim estabelece:

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos

(...)

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Tal regra deriva do inciso II do art. 29, da Lei 8.666/93;

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em:

(...)

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

A empresa recorrente possui sede no município de Mesquita, Estado do Rio de Janeiro e, no envelope de habilitação, apresentou os seguintes documentos, pertinentes ao dispositivo acima referido:

Comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual;

Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, indicando o nº de inscrição Estadual.

Certidão negativa de débitos municipais, indicando o nº de inscrição municipal.

A decisão da comissão de inhabilitar a licitante foi embasada na falta de autenticação do comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual, bem como na ausência do comprovante de inscrição e situação cadastral municipal.

Nesse contexto, vieram às razões da recorrente, que foram analisadas e, a partir desse momento, a comissão deparou-se com o seguinte cenário: (a) o comprovante de inscrição e situação cadastral estadual apresentado no envelope de habilitação sem autenticação; (b) Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, indicando o nº de inscrição Estadual; (c) Certidão negativa de débitos municipais, indicando o nº de inscrição municipal.

Em uma nova análise e interpretação do dispositivo editalício, podemos verificar que a exigência é apenas no sentido de se comprovar a inscrição, seja ela estadual ou municipal, mediante a apresentação do comprovante ou de outra forma equivalente.

No caso concreto, a recorrente apresentou certidões de quitação fiscal tanto da esfera estadual, quanto da esfera municipal, o que comprova a sua inscrição e atende as exigências do edital.

Destarte, a comissão decidiu por rever seu ato de inhabilitação, em favor da recorrente, considerando suficiente como prova de inscrição Estadual e Municipal, os documentos juntados no envelope de Habilitação, que trazia a informação que atende ao requisito do subitem 6.4.1 “b” do instrumento convocatório.

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO para análise e decisão.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Presidente de Comissão**, em 25/06/2021, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador



Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4126 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
ASSJUR

PARECER N° 107/2021/FAETEC/ASSJUR
PROCESSO N° SEI-260005/002253/2021
INTERESSADO: COMISPL E PRESIDÊNCIA
ASSUNTO: Impugnação a habilitação referente a Concorrência Pública 02/2021

E M E N T A : Análise de Impugnação da Concorrência Pública 02/2021. Comissão opina pelo acolhimento das razões do recorrente. Decisão final cabe à Presidência da FAETEC.

À Presidência,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**, cuja impugnação tem como pedido a sua classificação e a habilitação, alegando que: esta regular perante a Fazenda Estadual e que o Edital não faz exigência da apresentação do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral.

Foram anexadas as contrarrazões da empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, porém as mesmas não tem pertinência com o tema em questão.

Retornam os autos após manifestação da Comissão de Licitação, que inicialmente acusou a tempestividade tanto da impugnação quanto da contrarrazão. No mérito reformou a decisão no sentido de que:

"Em uma nova análise e interpretação do dispositivo editalício, podemos verificar que a exigência é apenas no sentido de se comprovar a inscrição, seja ela estadual ou municipal, mediante a apresentação do comprovante ou de outra forma equivalente.

No caso concreto, a recorrente apresentou certidões de quitação fiscal tanto da esfera estadual, quanto da esfera municipal, o que comprova a sua inscrição e atende as exigências do edital.

Destarte, a comissão decidiu por rever seu ato de inabilitação, em favor da recorrente, considerando suficiente como prova de inscrição Estadual e Municipal, os documentos juntados no envelope de Habilitação, que trazia a informação que atende ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do instrumento convocatório.

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, **JOÃO DE MELO CARRILHO** para análise e decisão."

Este é o relatório. Passemos à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, a Administração visa justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente

comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in “Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição” - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

“Edital: edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)”

Conforme informado pela Comissão de Licitação no doc. 18775730 como ora transcrito:

"A empresa foi inabilitada no certame, por apresentar comprovante de inscrição e situação cadastral Estadual sem autenticação, e não ter apresentado prova de inscrição municipal, tendo, tal fato, sido considerado como desatendimento ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do edital, que assim estabelece:

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos

(...)

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Tal regra deriva do inciso II do art. 29, da Lei 8.666/93;

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em:

(...)

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

A empresa recorrente possui sede no município de Mesquita, Estado do Rio de Janeiro e, no envelope de habilitação, apresentou os seguintes documentos, pertinentes ao dispositivo acima referido:

Comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual;

Alvará municipal para localização e funcionamento;

Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, indicando o nº de inscrição Estadual.

Certidão negativa de débitos municipais, indicando o nº de inscrição municipal.

A decisão da comissão de inabilitar a licitante foi embasada na falta de autenticação do comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual, bem como na ausência do comprovante de inscrição e situação cadastral municipal.

Essa previsão se encontra no item 6.4.1 do edital.

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual; c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual; c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Apoio a Escola Técnica 7 ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal; d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF. e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

No caso em questão, como se verifica tanto pelo edital como pela Lei, e pela declaração da Comissão seria necessário que fosse apresentado a comprovação a inscrição, seja ela estadual ou municipal. Desta sorte a apresentação de inscrição municipal seria hábil para atestar a habilitação da empresa, como transcrição da manifestação da Comissão:

Em uma nova análise e interpretação do dispositivo editalício, podemos verificar que a exigência é apenas no sentido de se comprovar a inscrição, seja ela estadual ou municipal, mediante a apresentação do comprovante ou de outra forma equivalente.

No caso concreto, a recorrente apresentou certidões de quitação fiscal tanto da esfera estadual, quanto da esfera municipal, o que comprova a sua inscrição e atende as exigências do edital.

Sendo assim, decisão em sentido contrario estaria apenas privilegiando o princípio do formalismo, não sendo a melhor medida, posto que a licitação deve buscar a eficiência e a economicidade.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste pronunciamento, tendo em vista o bem lançado pronunciamento Comissão de Licitação, nos coadunamos com a posição desse setor, cabendo ressaltar, por fim, que a **Comissão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame**, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Marçal Justen Filho, op. cit., p. 424, ministra no mesmo sentido:

“Se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação dos documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da

Administração. **Obviamente, não será delegada aos terceiros a competência decisória.** Esses terceiros fornecerão pareceres técnicos, para orientar e fundamentar a decisão. **A Comissão poderá, inclusive, discordar das conclusões dos pareceres técnicos”.**

(Grifo nosso)

Assim, esta Assessoria opina no sentido do acolhimento das razões aduzidas na impugnação interposta, dando-se prosseguimento ao feito.

PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

ASSESSORIA JURÍDICA / FAETEC

ID.: 51157730 - OAB RJ N° 147.252



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 28/06/2021, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18861746** e o código CRC **3ABB8224**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

À Comissão Permanente de Licitação- COMISPL,

Tendo em vista o exposto no despacho da COMISPL, indexador nº 18775730, e no Parecer 108, da d. FAETEC/ASSJUR, indexador nº 18861746, acompanho o entendimento de ambos no sentido do **acolhimento** dos recursos apresentados.

Atenciosamente,

João de Melo Carrilho
Presidente da FAETEC
ID 51151057

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 28/06/2021, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18901965** e o código CRC **B6210C5F**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002253/2021

SEI nº 18901965

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2333-9631 - faetec.rj.gov.br